

## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

### Ata da Reunião Ordinária Virtual da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE)

**Data e Horário:** 23 de fevereiro de 2022, das 14h30 às 18h30.

**Local:** Reunião Virtual – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH.

1 Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, reuniu-se, por videoconferência,  
2 a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), para a sua reunião  
3 ordinária, com a presença dos seguintes participantes: Representantes do Governo: Bruno  
4 Tempesta, Coordenador-Geral de Combate ao Trabalho Escravo - CGCTE/Secretário Executivo da  
5 CONATRAE; Cátia de Araújo Silva, Assistente da CGCTE; Danyel Iório de Lima, Ministério da  
6 Cidadania – MC; Edilene de Faria Santos, Secretária da CGCTE; Eduardo Miranda Freire de Melo,  
7 Secretário-Adjunto da SNPG/MMFDH e Presidente da CONATRAE; Kátia de Carvalho  
8 Cavalcanti, Secretária da CGCTE; Luis Henrique Ramos Lopes, Ministério do Trabalho e  
9 Previdência – SIT/MTP; Rômulo Machado e Silva, Subsecretário de Inspeção do Trabalho –  
10 SIT/MPT; Simone Maciel Sachetto, Ministério do Trabalho e Previdência - MPT; Warlei Dias  
11 Ribeiro, Delegado da Polícia Federal - PRF/MJSP. Representantes de Entidades Privadas Não  
12 Governamentais: André Dorster, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho -  
13 ANAMATRA; Carlos Eduardo Chaves Silva, Confederação Nacional dos Trabalhadores na  
14 Agricultura - CONTAG; Rodrigo Huguene, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil –  
15 CNA; Xavier Jean Marie Plassat, Comissão Pastoral da Terra - CPT. Membros Observadores: Ana  
16 Carolina Roman, ANPR-MPF; Anne Caroline Grudtner, CGSAT/MS; Antônio Carlos Rosa,  
17 Membro da Sociedade da CODETRAJE/DF e Presidente do ITD; Antônio Cesar, AMB; Ebenézer  
18 Marcelo Marques, VERIT; Edmundo Lima, ABVTEX; Guilherme Rojas, DPU; Haman Tabosa de  
19 Moraes, DPU; Henrique Oliveira Santos, Delegado da PF; Liége Vieira, Representante da PRF;  
20 Lucas Marinho Lima, CNI; Luís Camargo, ABRAT; Lys Sobral, MPT; Maria Cláudia Falcão, OIT;  
21 Marília Ramos, Repórter Brasil; Mário Luiz Guerreiro, OAB; Mércia Silva, InPacto; Natália  
22 Suzuki, Repórter Brasil; Sinaít Comunicação, SINAIT; Vera Jatobá, Diretora do SINAIT; Vivian

23 Almeida, ANADEP; Viviane Dias, ANAMATRA; Wilson Corrêa de Araújo Neto, CNI.  
24 COETRAEs: Bruno Afonso, SEAS/RO; Carlos Cardoso, SEJUDH/PA; Emmanuel Predestin,  
25 Secretário Municipal de Juventude, Cidadania e Imigrantes de Maringá/PR; Genilde Reis (Ninha  
26 Reis), Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular – SEDIHPOPONETP –  
27 COETRAE/MA; Júlia Kronmberger, SEDSODH-RJ – NETP – COETRAE/RJ; Luciana Rabelo,  
28 Secretária Executiva da COETRAE/CE; Marina Friche, Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
29 Social – Coordenadora de Ações para o Combate ao Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo –  
30 COETRAE/MG; Zenaida Lauda Rodrigues, SMDHC – CPDDH – Coordenação de Políticas para  
31 Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente – Assessora da Secretaria Executiva da  
32 COMTRAE/SP. Outros Participantes: Alline Bessa de Menezes, não informado; Assunção Aguiar,  
33 Gerente de Promoção da Igualdade Racial da Superintendência de Direitos Humanos – SASC/Piauí;  
34 Girlania Calderon, não informado; Luis, não informado; Rafael Lopes de Castro, Auditor Fiscal do  
35 Trabalho – DETRAE/SIT; Samuel de Carvalho Ribeiro, não informado; Victória Perino Rosa,  
36 Repórter Brasil. Dando início aos trabalhos, seguiu-se ao Item 1. Abertura: O Secretário Sr.  
37 Eduardo Miranda Freire de Melo realizou a abertura da reunião cumprimentando a todos e destacou  
38 que o início de 2022 foi bastante interessante para o tema de erradicação e de combate ao trabalho  
39 escravo. Em seguida, deu as boas-vindas aos novos integrantes da CONATRAE, solicitando que  
40 fosse realizada uma breve apresentação. Realizada a apresentação dos novos membros presentes,  
41 passou-se ao Item 2. Leitura e Aprovação da Pauta do dia, que estava composta pelos seguintes  
42 itens: 1. Abertura (Presidência da CONATRAE); 2. Leitura e Aprovação da Pauta do dia; 3.  
43 Aprovação da Ata da Reunião Ordinária de 06/12/2021 - (CGCTE); 4. Ponto de fala de projetos  
44 para o Brasil - (MMFDH - Embaixada dos Estados Unidos da América); 5. Cartilha Trabalho  
45 Decente: Aspectos Legais nas Relações de Trabalho - (CNA); 6. Situação da COETRAE de  
46 Rondônia - (MMFDH/MPT); 7. Resultados da Inspeção do Trabalho em 2021 - (MTP); 8. Balanço  
47 e ensinamentos da Operação Resgate de janeiro de 2022, ação interinstitucional de combate ao  
48 trabalho escravo, realizada em parceria por DETRAE, PF, PRF, MPT, MPF e DPU - (CPT); 9.  
49 Ações desempenhadas em referência à demanda da CONATRAE por concurso e recrutamento de  
50 Auditores-Fiscais do Trabalho - (CPT) 10. Avaliação das ações ocorridas por ocasião da Semana  
51 Nacional de Combate ao Trabalho Escravo: iniciativas nacionais nas regiões (especialmente: a  
52 partir das COETRAES) - (CPT); 11. Avaliação dos resultados da ação de disseminação do Fluxo de  
53 Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo. Novas ações requeridas - (CPT) 12. Informes: 12.1.

54 Seleção dos representantes da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, de  
55 entidades não governamentais privadas, para o próximo biênio; 13. Encerramento. Não havendo  
56 manifestações contrárias, a pauta foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Dando sequência,  
57 passou-se ao Item 3. Aprovação da Ata da Reunião Ordinária de 06/12/2021 - (CGCTE): Não  
58 havendo retificações, a Ata foi considerada aprovada pela unanimidade dos presentes.  
59 Prosseguindo, passou-se ao Item 4. Ponto de fala de projetos para o Brasil - (MMFDH - Embaixada  
60 dos Estados Unidos da América): Constatada a ausência da representante da Embaixada dos  
61 Estados Unidos da América, o Secretário Sr. Eduardo Miranda Freire de Melo sugeriu que o  
62 referido item fosse retomado posteriormente caso a convidada compareça à reunião. Ato contínuo,  
63 passou-se ao Item 5. Cartilha Trabalho Decente: Aspectos Legais nas Relações de Trabalho -  
64 (CNA): O Sr. Rodrigo Hugueney compartilhou o Projeto de Promoção do Trabalho Decente da  
65 CNA composto por duas etapas: lançamento da Cartilha Trabalho Decente e parceria com a  
66 Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT). Explicou que a Cartilha Trabalho Decente: Aspectos  
67 Legais nas Relações de Trabalho ainda é um projeto piloto composto pelos seguintes pontos: NR-  
68 31, conceito de condições análogas à escravidão, formalização de contratos e áreas de vivências.  
69 Com relação à parceria com a SIT, discorreu que possui o propósito de realizar um mapeamento de  
70 situações de resgate, realizar ações focadas, promoção da informação e realizar ações especiais  
71 setoriais. Destacou que as ações focadas estão sendo trabalhadas com a SIT e o Serviço Nacional de  
72 Aprendizagem Rural (SENAR), sendo que a ideia é trabalhar a promoção de capacitações dos  
73 instrutores do SENAR em algumas temáticas específica, por meio da Escola Nacional da Inspeção  
74 do Trabalho (ENIT), para atuar nas regiões mais sensíveis nas quais há maior índice de resgates.  
75 Informou que o Projeto de Promoção do Trabalho Decente está sendo trabalho de forma macro e  
76 contínua para a sua execução em 2022, sendo que as ações serão iniciadas no segundo semestre de  
77 acordo com os termos propostos. Abrindo espaço para manifestações, o Sr. Carlos Eduardo Chaves  
78 Silva relatou que teve acesso à cartilha e conversaram sobre a necessidade, inclusive por conta da  
79 RN-31, de pensar na realização de ações vinculadas a algumas cadeias produtivas. Explanou que a  
80 CONTAG está tentando construir uma estratégia para a RN-31 e pontuou sobre a importância da  
81 iniciativa dialogar com os empregadores sobre o direito dos trabalhadores, colocando a estrutura da  
82 CONTAG à disposição para o processo formativo. Sugeriu que fosse realizado um diálogo setorial  
83 mais amplo para que sejam apresentadas experiências, inclusive dos membros da CONATRAE. O  
84 Sr. Rodrigo Hugueney esclareceu que possuem a intenção de atuar com todos os atores da relação

85 de trabalho após a estruturação do projeto. O Sr. Bruno Tempesta observou que é pauta é bastante  
86 convergente, entendendo que o diálogo de cada ator com o seu público trará um grande alcance para  
87 esse tema. A Sra. Marília Ramos agradeceu pela apresentação e questionou sobre a disponibilidade  
88 da cartilha, sendo esclarecida pelo Sr. Rodrigo Hugueneu que está disponível e será encaminhada  
89 em formato PDF, porém, explicou que há necessidade de alguns ajustes devido às questões legais  
90 alteradas no final de 2021. A Sra. Assunção Aguiar externou a sua satisfação pela elaboração de  
91 uma cartilha didática e pelo trabalho realizado, em parceria, nas ações de enfrentamento ao trabalho  
92 escravo. Discorreu que o estado do Piauí possui como referência o trabalho realizado pela Comissão  
93 Pastoral da Terra (CPT) e pelo Ministério do Trabalho e Previdência (MTP), informando que  
94 realizaram uma oficina de capacitação sobre a situação do trabalho escravo no Brasil e no Piauí, a  
95 qual teve o seu relatório compartilhado com a CONATRAE. Salientou a importância desse  
96 momento, uma vez que a maioria das pessoas que vivem em situação análoga ao escravo são  
97 pessoas pretas. Afirmou que o estado possui desejo de instituir a sua COETRAE. O Sr. Bruno  
98 Tempesta colocou a equipe da Comissão e da CGCTE à disposição para auxiliar o estado do Piauí  
99 para estruturar a sua COETRAE. A Sra. Vera Jatobá parabenizou a CNA pela iniciativa e pontuou  
100 que o público-alvo da cartilha será o pequeno produtor mais longínquo. Externou a sua satisfação  
101 pelo trabalho feito em conjunto com a Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho  
102 Escravo (DETRAE) no sentido de promover os objetivos da cartilha, o que traz tranquilidade de que  
103 não haverá uma forma de amenizar o conceito daquilo que é trabalhado há anos e que faz parte da  
104 linha do tempo como um dos pontos altos. Informou sobre o trabalho realizado com as  
105 representações dos empregadores referente à RN-12 e afirmou que gostaria de ter acesso à cartilha.  
106 Sugeriu que fossem realizadas discussões leves nos momentos em que tiverem que conciliar  
107 questões consideradas como pontos de conflito, lembrando que a CNA não aderiu à solicitação de  
108 concurso público para auditores-fiscais. A Sra. Maria Cláudia Falcão comunicou que a Organização  
109 Internacional do Trabalho (OIT) possui projetos pequenos em algumas cadeias produtivas, sendo  
110 que uma das atividades previstas é exatamente a formação dos trabalhadores e produtores sobre os  
111 seus direitos. Questionou sobre a possibilidade estabelecer uma parceira para que o trabalho seja  
112 replicado em outras cadeias. O Sr. Xavier Jean Marie Plassat parabenizou pela iniciativa e  
113 compreendeu que poderia ter sido aproveitado o lançamento do Fluxo de Atendimento às Vítimas  
114 de Trabalho Escravo para apresentação desse projeto. Solicitou que as explicações fossem mais  
115 objetivas, considerando que já estão um período razoável debatendo esse item. O Sr. Emmanuel

116 Predestin registrou que a imigração é a área mais afetada pelo trabalho escravo e que a burocracia  
117 existente para a emissão da documentação para esse público, inclusive o idioma, impede a entrada  
118 no mercado de trabalho decente. Salientou a necessidade de pensar em algo específico para essa  
119 população. O Sr. Rodrigo Hugueney agradeceu pelas explanações e explicou que tentaram elaborar  
120 a cartilha em um formato de perguntas e respostas em linguagem acessível, a qual será enviada por  
121 *e-mail* para compartilhamento. Solicitou que os membros enviassem o seu *feedback* para que as  
122 sugestões sejam contempladas na próxima versão que será elaborada. Seguindo ao Item 6. Situação  
123 da COETRAE de Rondônia - (MMFDH/MPT): A Sra. Lys Sobral informou que a COETRAE de  
124 Rondônia recebeu ofício da Secretaria Estadual de Assistência Social do referido estado, endossado  
125 pela Procuradoria-Geral Estadual de Rondônia (PGE/RO), anunciando o seu dissolvimento. Diante  
126 essa situação, discorreu que foi realizada audiência pública, na qual houve o encaminhamento pela  
127 manutenção da Comissão, porém, a posição de dissolvimento foi mantida. O Sr. Bruno Tempesta  
128 relatou que possuem a sugestão de realizar algumas discussões paralelas com a Sra. Lys Sobral  
129 sobre a situação de Rondônia, sugerindo, como encaminhamento, a organização de missão ao  
130 estado para diálogo com as autoridades. O Sr. Antônio Cesar percebeu que há uma política alinhada  
131 com o Presidente da República em Rondônia, pontuando que será complexo qualquer diálogo para  
132 tentar alterar o posicionamento existente. Sugeriu o envio de ofício direto do MMFDH ao  
133 governador, uma vez que seria um encaminhamento mais eficiente. A Sra. Lys Sobral pontuou que  
134 ambas as sugestões seriam importantes e o Sr. Antônio Cesar disponibilizou a Universidade de  
135 Brasília (UnB) para realização de levantamento da quantidade de ações judiciais referentes ao  
136 trabalho escravo existente no estado, para que seja demonstrado que a decisão política de extinção  
137 da COETRAE é contrária ao alinhamento político do MMFDH. O Sr. Bruno Afonso esclareceu que  
138 a Secretaria de Estado de Assistência Social de Rondônia (SEAS/RO) não possuía condições de  
139 assumir a gestão da COETRAE da forma como se encontrava, afirmando que não se trata de  
140 interesse político devido ao agronegócio. O Sr. Bruno Tempesta compreendeu as razões elencadas  
141 no ofício, todavia, pontuou que seria uma melhor opção adequar o decreto de instituição da  
142 Comissão Estadual para que a sua coordenação seja realizada por outra área ou eleita pela própria  
143 Comissão. O Sr. Luís Camargo externou a sua insatisfação com a proposta de encerramento das  
144 atividades da Comissão Estadual, uma vez que se lutou muito para que o enfrentamento ao trabalho  
145 escravo contemporâneo atingisse todos os estados da federação e o Distrito Federal. Sugeriu que o  
146 MMFDH elaborasse um ofício ao governo do estado solicitando condições para que a representação

147 estadual funcione e cumpra os seus objetivos. Destacou a importância das demais sugestões de  
148 elaboração de nota da CONATRAE e da criação de uma comissão para realização de missão ao  
149 estado. A Sra. Genilde Reis (Ninha Reis) observou que o fechamento da COETRAE/RO vai de  
150 encontro às lutas, além de destruir as ações já realizadas pelo estado. Registrou a sua indignação  
151 quanto a esse fechamento e informou que estão lutando contra a aprovação da Resolução do  
152 Conselho Nacional de Justiça do Trabalho (CNJT) nº 296/2021 que dispõe sobre o fechamento de  
153 três varas do trabalho nos municípios de Pedreira, Timon e Açailândia do estado do Maranhão,  
154 destacando que a sua aprovação foi adiada após as pressões realizadas. Solicitou apoio dos  
155 membros da CONATRAE junto ao CNJT. O Sr. Xavier Jean Marie Plassat ressaltou que a decisão  
156 tomada pela SEAS/RO é desastrosa e vai contra todas as tendências recentemente consolidadas,  
157 entendendo que deverá ser acrescentado um novo tópico na cartilha anteriormente apresentada para  
158 reforçar a necessidade de manutenção dos espaços de articulação de combate ao trabalho escravo.  
159 Ratificou as propostas de encaminhamentos sugeridas. O Sr. Haman Tabosa de Moraes afirmou que  
160 é muito perigoso o precedente da COETRAE de Rondônia, visto que o país vem combatendo cada  
161 vez mais fortemente o trabalho escravo. A Sra. Lys Sobral discorreu que também realizarão o  
162 levantamento das ações civis públicas sobre os resgates realizados no estado de Rondônia e também  
163 ratificou os encaminhamentos propostos. Questionada pelo Sr. Bruno Tempesta se o Comitê  
164 Nacional do Ministério Público de Combate ao Trabalho em Condição Análoga à de Escravo e  
165 Tráfico de Pessoas (CONATETRAP) manifestar-se-á em relação à situação, esclareceu que esse  
166 ponto será levado à primeira reunião do Comitê de 2022. O Sr. Bruno Afonso agradeceu pela  
167 oportunidade de manifestação e pontuou que compreende o posicionamento dos membros de que o  
168 dissolvimento da COETRAE/RO trata-se de um retrocesso, mas lembrou que essa Comissão nunca  
169 existiu efetivamente. Finalizados os debates, foram definidos os seguintes encaminhamentos: a)  
170 elaboração de Nota pela CONATRAE referente ao dissolvimento da COETRAE/RO; b) elaboração  
171 de ofício do MMFDH ao Governador do Estado de Rondônia referente ao dissolvimento da  
172 COETRAE/RO; c) levantamento da quantidade de ações judiciais referentes ao trabalho escravo  
173 existente no estado pela UnB. Prosseguindo ao Item 7. Resultados da Inspeção do Trabalho em  
174 2021 - (MTP): O Sr. Rômulo Machado e Silva iniciou a apresentação dos resultados da inspeção do  
175 trabalho em 2021, explanando sobre o trabalho decente e sobre as atribuições gerais da Auditoria  
176 Fiscal do Trabalho. Em seguida, indicou os resultados das ações fiscais específicas e o número de  
177 trabalhadores resgatados, explanando que, das 443 ações realizadas, 196 foram caracterizadas a

178 existência de trabalho análogo ao de escravo. Arrazoou que esse resultado é fruto da ampliação do  
179 Grupo Móvel que passou a ter cinco equipes dedicadas às fiscalizações e sete projetos regionais,  
180 sendo que foram registrados 1.308 trabalhadores durante as ações fiscais, R\$ 3,7 milhões de FGTS  
181 recuperado e R\$ 10 milhões de verbas rescisórias. Com relação ao orçamento, relatou que foram  
182 executados cerca de R\$ 2,5 milhões em ações de combate ao trabalho escravo e houve o empenho  
183 de recursos para a renovação da frota de carros destinados ao grupo especial de fiscalização, sendo  
184 que estão aguardando apenas a entrega dos novos veículos. Elencou os pontos de destaques em  
185 2021 e os fatores que contribuíram para os resultados alcançados e informou que o Painel de  
186 Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil (Radar SIT) mostra que, desde 1995,  
187 57.644 trabalhadores foram resgatados. Discorreu que foram realizadas 1.100 ações em 2021 em  
188 relação ao trabalho infantil e expôs a quantidade de aprendizes inseridos no Curso de Ações Fiscais  
189 em Preenchimento e Manutenção de Vagas, observando que houve 12 mil inserções decorrente da  
190 atuação da Inspeção do Trabalho. Com relação às pessoas com deficiência e reabilitados  
191 contratados em decorrência da fiscalização, registrou que também houve uma retomada pequena  
192 das contratações em 2021, mas discorreu que acreditam na retomada das contratações aos patamares  
193 pré-pandemia em 2022. Acrescentou que foram recolhidos/notificados R\$ 6,8 bilhões em FGTS  
194 pela Inspeção do Trabalho, sendo o maior valor da série histórica. Explanou sobre os modelos de  
195 atuação, o tradicional e o estratégico, comparando-os. Ressaltou que o modelo estratégico combina  
196 diversas intervenções com o objetivo de estimular os trabalhadores e empregadores a exercerem os  
197 seus direitos e cumprir suas obrigações, resultando na promoção do trabalho decente. Abrindo  
198 espaço para manifestações, o Sr. Xavier Jean Marie Plassat agradeceu pela exposição e externou a  
199 sua satisfação pela implementação de um modelo destinado a alcançar maior número de situações  
200 análogas à escravidão, embora, ainda possui suas dúvidas. Recordou que a OIT auxiliou a SIT e a  
201 DETRAE na elaboração do Relatório 2020 SIT/OIT sobre a atuação da Inspeção do Trabalho na  
202 Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil, o qual foi retirado para revisão e não foi publicado  
203 novamente, questionando onde está esse documento de 2020 e a sua edição atualizada de 2021.  
204 Observou que seria interessante elucidar as informações do balanço da Operação Resgate de janeiro  
205 2022 e salientou os dados apresentados sobre os valores empenhados para renovação da frota de  
206 veículos, a qual possuía uma média de idade bastante antiga. Registrou as dificuldades relacionadas  
207 às condições das quais os fiscais do trabalho são submetidos para realização do seu trabalho quando  
208 estão integrando grupos móveis, explanando que há vários elementos acumulados, como o

209 envelhecimento da categoria, que leva a muitas dúvidas sobre a possibilidade de manutenção do  
210 número de ações fiscais. A Sra. Marília Ramos agradeceu pela apresentação e indagou se há alguma  
211 previsão de disponibilização dos dados referente ao trabalho infantil na Plataforma Radar SIT e  
212 solicitou esclarecimentos sobre os resgates de trabalhadoras domésticas, questionando se houve  
213 alguma mudança no perfil dessas trabalhadoras. O Sr. Carlos Eduardo Chaves Silva parabenizou  
214 pela apresentação e pelo trabalho feito e lamentou a existência de resistência do governo federal em  
215 relação ao esforço da CONATRAE para o aumento do orçamento para a fiscalização. A Sra. Vera  
216 Jatobá explanou que gostaria que fosse apresentado mais vezes o relatório da fiscalização e  
217 parabenizou todos os atores que realizaram o combate ao trabalho escravo dentro da SIT. Destacou  
218 que as informações trazidas pelas regionais são de sucateamento total da sua estrutura e afirmou que  
219 a pauta de concurso público para os auditores-fiscais continua como um dos pontos fortes dessa  
220 Comissão Nacional. O Sr. Rômulo Machado e Silva afirmou que a fiscalização segue atuante,  
221 porém, há um incremento de estratégias de intervenção, sendo que trouxe essa questão como  
222 provocação para a CONATRAE sobre como os atores podem contribuir para o objetivo comum de  
223 erradicação do trabalho análogo ao escravo. Comentou que a questão das trabalhadoras domésticas  
224 mostra o poder da conscientização, uma vez que foram encaminhadas denúncias mais qualificadas a  
225 partir do primeiro caso. Com relação ao Relatório do Trabalho Escravo produzido em conjunto com  
226 a OIT, informou que está em fase final de finalização e estão trabalhando no balanço das ações de  
227 2021. Discorreu que Operação Resgate foi realizada apenas em 2021 e agradeceu o empenho da  
228 CONATRAE na defesa do incremento do orçamento da Inspeção do Trabalho, registrando que  
229 houve uma melhora em relação aos anos anteriores. Manifestou que a carência estrutural das  
230 regionais é uma situação antiga e estão atuando para ofertar as melhores condições possíveis.  
231 Agradeceu também as manifestações da CONATRAE referente à realização de concurso público  
232 para auditores-fiscais, explanando que houve o apoio interno do MTP, mas infelizmente o concurso  
233 ainda não foi autorizado. Informou que a INET e os colegas que participaram da elaboração da RN-  
234 31 já foram acionados para gravação de aulas sobre a referida resolução normativa. Com relação ao  
235 Radar SIT, arrazoou que estão trabalhando para que haja maior transparência ativa possível, sendo  
236 que estão empenhados na elaboração da aba do trabalho infantil e da informalidade. Informou que  
237 foram realizadas três resgates de trabalhadoras domésticas em 2020 e 27 em 2021, ponderando que  
238 ainda não é possível observar alguma mudança de perfil na maioria dos casos. Compreendeu que  
239 seria importante a CONATRAE pensar em uma campanha de conscientização e sensibilização



240 sobre essa questão, discorrendo que, da parte da SIT, já existe uma campanha de promoção do  
241 trabalho decente doméstico. O Secretário Sr. Eduardo Miranda Freire de Melo agradeceu pela  
242 brilhante explanação e pelas explicações dadas e solicitou a disponibilização da apresentação  
243 realizada para compartilhamento aos membros da Comissão. Convidou-o para comparecer na  
244 Secretaria Nacional de Promoção Global (SNPG) para dialogar, especialmente, em relação às  
245 denúncias. O Sr. Bruno Tempesta acrescentou que o Ministério da Cidadania está elaborando  
246 cartilha para os agentes de assistência social sobre como se deve lidar com as questões do trabalho  
247 doméstico. Feitos os esclarecimentos quanto aos Itens 8. Balanço e ensinamentos da Operação  
248 Resgate de janeiro de 2022, ação interinstitucional de combate ao trabalho escravo, realizada em  
249 parceria por DETRAE, PF, PRF, MPT, MPF e DPU - (CPT) e 9. Ações desempenhadas em  
250 referência à demanda da CONATRAE por concurso e recrutamento de Auditores-Fiscais do  
251 Trabalho - (CPT) na apresentação anterior, passou-se ao Item 10. Avaliação das ações ocorridas por  
252 ocasião da Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo: iniciativas nacionais nas regiões  
253 (especialmente: a partir das COETRAES) - (CPT): O Sr. Xavier Jean Marie Plassat arrazoou que  
254 foram realizadas várias iniciativas pelas COETRAEs e instituições, ponderando que é  
255 impressionante a movimentação feita em relação a um fato ocorrido há 17 anos. Entendeu que cabe  
256 à CONATRAE alimentar a mobilização atual e informou que a CPT participou de várias ações,  
257 porém, registrou que a exibição presencial do Filme Pureza foi cancelada em Belo Horizonte/MG,  
258 São Luiz/MA e Marabá/PA devido ao cenário de pandemia, acontecendo apenas em Cuiabá/MT.  
259 Arrazoou que o seu lançamento nacional será realizado no dia 5 de maio de 2022. Apesar de ter  
260 sido distante da Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, postulou que o evento de  
261 adesão ao Fluxo Nacional de Atendimento às Vítimas do Trabalho Escravo é parte da memória viva  
262 do combate ao trabalho escravo em homenagem aos quatro agentes públicos assassinados em  
263 Unai/MG. O Sr. Bruno Tempesta informou que a CONATRAE/CGCTE realizou a Campanha  
264 Trabalho Escravo Não é *Fake*, é Fato, sendo que foram mobilizadas várias entidades, órgãos e as  
265 mídias sociais do MMFDH. Durante a Semana Nacional, relatou que foram publicados cards e  
266 informações, os quais culminaram com o evento feito no dia 9 de fevereiro com a presença da  
267 Ministra de Estado Damares Alves. Explicou que nesse evento realizou-se o lançamento da adesão  
268 ao Fluxo Nacional de Atendimento às Vítimas do Trabalho Escravo, no qual algumas instituições  
269 formalmente realizaram a sua adesão, a saber: Ministério Público do Trabalho (MPT), Defensoria  
270 Pública da União (DPU), Ministério do Trabalho e Previdência (MTP), Polícia Federal (PF), Polícia

271 Rodoviária Federal (PRF) e Ministério Público Federal (MPF). Projetou o vídeo executado no  
272 evento que mostra a realidade do trabalho escravo no Brasil e registrou o agradecimento a OIT pelo  
273 apoio dado para realização do evento. Não havendo manifestações por parte das COETRAEs, a Sra.  
274 Mércia Silva relatou que a InPacto realiza campanhas todos os anos, além de seminários presenciais  
275 envolvendo o setor empresarial para discussão do tema, de encontros com os associados e de  
276 treinamentos com fornecedores de duas grandes empresas. Passando ao Item 11. Avaliação dos  
277 resultados da ação de disseminação do Fluxo de Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo.  
278 Novas ações requeridas - (CPT): O Sr. Bruno Tempesta complementou a sua explanação anterior  
279 discorrendo que está sendo realizada busca ativa de instituições para adesão ao Fluxo Nacional. O  
280 Sr. Xavier Jean Marie Plassat compartilhou a sua preocupação com relação à falta de orçamento do  
281 Ministério da Cidadania para executar o seu papel nesse fluxo, entendendo que seria fundamental  
282 verificar quais são os programas e o orçamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que  
283 podem realmente corresponder à expectativa existente. O Secretário Sr. Eduardo Miranda Freire de  
284 Melo registrou que a preocupação colocada é pertinente e sugeriu que o órgão responsável no  
285 Ministério da Cidadania fosse provocado a fim de que possam levantar as informações sobre essa  
286 questão e convidar o seu representante a participar da próxima reunião para fazer uma exposição  
287 sobre o tema. O Sr. Xavier Jean Marie Plassat acatou as sugestões apresentadas e o Sr. Bruno  
288 Tempesta afirmou que a CGCTE encaminhará a demanda ao Ministério da Cidadania. Prosseguindo  
289 ao Item 12. Informes: 12.1. Seleção dos representantes da Comissão Nacional de Erradicação do  
290 Trabalho Escravo, de entidades não governamentais privadas, para o próximo biênio: O Sr. Bruno  
291 Tempesta informou que, em 2022, deverá ser realizado o processo de seleção das quatro entidades  
292 não governamentais privadas para composição da CONATRAE, projetando a seguinte proposta de  
293 cronograma: xx/03 – Reunião Extraordinária aprovado o início dos trâmites para o Edital; xx/03 –  
294 Envio de proposta de edital para CONJUR; xx/03 – Consulta aos membros da CONATRAE para a  
295 Comissão Eleitoral; xx/03 – Solicitação de publicação do cronograma; xx a xx/04 – Prazo de  
296 inscrição; xx/04 – 1ª Reunião da Comissão Organizadora do Processo Seletivo do Edital; xx/05 –  
297 Resultado Preliminar – Processo Seletivo Entidades da Sociedade Civil; xx/05 – 2ª Reunião da  
298 Comissão Organizadora do Processo Seletivo do Edital; xx/05 – Solicitação de publicação do  
299 resultado final das entidades habilitadas; xx/06 – Reunião ordinária com votação para escolha das  
300 entidades habilitadas; xx/07 – Envio de nota técnica com as entidades eleitas; xx/08 – Envio pela  
301 Secretaria Executiva da solicitação de publicação das entidades eleitas; Xx/08 - Portaria nº XXXX,

302 de XX de agosto de 2022 – Publicação da composição da CONATRAE; 17/08 – Assinatura dos  
303 temos de posse por parte dos órgãos/entidades. O Sr. Xavier Jean Marie Plassat indagou sobre a  
304 existência de regra sobre a recondução das entidades, sendo esclarecido que o Regimento Interno é  
305 omissivo em relação a esse ponto, cabendo à CONATRAE definir o melhor regramento. A Sra.  
306 Marília Ramos observou a existência de prazo exíguo para execução do processo de seleção e  
307 indagou se será debatido, na próxima reunião, sobre as possibilidades caso não seja cumprido o  
308 prazo estabelecido. O Sr. Bruno Tempesta explanou que houve uma particularidade no último  
309 processo de seleção por se tratar de um novo decreto e que acredita que os prazos serão cumpridos,  
310 visto que serão tomadas as medidas necessárias caso haja fatores excepcionais. O Secretário Sr.  
311 Eduardo Miranda Freire de Melo sugeriu a realização de reunião extraordinária no dia 23 de março  
312 para elaboração de um planejamento estratégico e apresentação de uma proposta de cronograma  
313 mais consolidada. Externadas todas as opiniões e manifestações, consensou-se a realização de  
314 reunião extraordinária no dia 16 de março conforme proposta apresentada pelo Sr. Bruno Tempesta,  
315 tendo como pauta o processo de seleção dos representantes da CONATRAE e a apresentação do  
316 Ministério da Cidadania das respostas sobre o Fluxo de Atendimento às Vítimas de Trabalho  
317 Escravo, caso haja possibilidade. O Sr. Bruno Tempesta informou que enviará a minuta de edital  
318 para análise dos membros. Prosseguindo, passou-se ao Item 13. Encerramento: Sem mais nada a  
319 tratar, o Secretário Sr. Eduardo Miranda Freire de Melo destacou a ausência do Sr. Herbert Borges  
320 Paes de Barros devido a outras agendas e agradeceu a participação de todos, encerrando Reunião  
321 Ordinária Virtual da CONATRAE.